

**COLEGIADO DE PEDAGOGIA**

**ESTRATÉGIAS DE ENSINO REMOTO DURANTE A PANDEMIA PARA ESTUDANTES PÚBLICO ALVO DE INCLUSÃO DAS TURMAS DO FUNDAMENTAL I**

**FEIRA DE SANTANA - BA**

**2022.1**

BYANCA PEREIRA BISPO BRITO

ELISABETH MOREIRA DOS SANTOS

ESTRATÉGIAS DE ENSINO REMOTO DURANTE A PANDEMIA PARA ESTUDANTES PÚBLICO ALVO DE INCLUSÃO DAS TURMAS DO FUNDAMENTAL I

Artigo apresentado como requisito parcial de avaliação para obtenção do grau de licenciado (a) em Pedagogia, no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), sob coordenação da professora Msc. Claudene Ferreira Mendes Rios, junto ao Colegiado de Pedagogia, na Faculdade Anísio Teixeira, no semestre de 2022.1.

Orientador (a): Prof. Msc. Camila Bahia

Feira de Santana – BA

2022.1

**ESTRATÉGIAS DE ENSINO REMOTO DURANTE A PANDEMIA PARA ESTUDANTES PÚBLICO ALVO DE INCLUSÃO DAS TURMAS DO FUNDAMENTAL I**

Byanca Pereira Bispo Brito[[1]](#footnote-1)

Elisabeth Moreira dos Santos[[2]](#footnote-2)

Camila Bahia Goes[[3]](#footnote-3)

**RESUMO**

O presente artigo buscou expor as estratégias utilizadas durante a pandemia por professores de escolas públicas municipais em Feira de Santana com estudantes com necessidades educacionais específicas. O mundo foi acometido por um vírus letal e de alto contágio, onde a única medida preventiva era o isolamento social. Para que os estudantes não ficassem desassistidos nesse período, foi implementado o ensino remoto emergencial. Esse cenário trouxe alguns questionamentos que nortearam essa pesquisa, que apresentou como objetivo analisar a contribuição das estratégias pedagógicas utilizadas por professores do ensino fundamental I da rede municipal de Feira de Santana realizadas para o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes público alvo de inclusão no período de pandemia. Tal pesquisa se constitui enquanto pesquisa exploratória através de levantamento bibliográfico e questionário realizado com 7 professores de três escola municipais de Feira de Santana-BA, escolhidos pelo critério de ter estudantes de inclusão na sua sala de aula. Os resultados obtidos destacam o descaso dos governantes em buscar uma medida inclusiva, a falta de apoio das famílias, e a atuação dos professores e os meios utilizados durante esse período.

**Palavras-chave:** Deficiência. Ensino Remoto. Inclusão. Pandemia.

**INTRODUÇÃO**

O surto pandêmico do coronavírus Sars- Cov – 2 iniciou-se em Wuhan, uma metrópole chinesa com cerca de 11 milhões de habitantes. A princípio pensava-se que fosse uma pneumonia, quando em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada. Em janeiro de 2020 foi quando as autoridades chinesas identificaram um novo tipo de coronavírus em humanos. Em março de 2020 a OMS definiu o surto da doença como pandemia e com esse cenário houve grandes mudanças[[4]](#footnote-4) que afetou o mundo.

Por ser um vírus altamente perigoso e de fácil contágio, foi decretado o isolamento social e uso de máscaras acarretando o fechamento de comércios e escolas. Pouco depois, restaurantes e até mesmo lojas de roupa e calçados passaram a funcionar via delivery e as escolas precisaram adotar uma nova forma de trabalho, aderindo ao ensino remoto emergencial, para tentar suprir a necessidade de aprendizagem dos alunos.

Consequentemente as atividades educacionais presenciais no Brasil foram suspensas e aos poucos foram se adaptando as novas necessidades e permissões, que avançavam e retrocediam a cada novo decreto.

Assim sendo, o ensino remoto chega como um desafio para alunos, professores e também para as famílias, que não estavam preparadas para esse novo modelo de ensino. Tudo que estava acontecendo era incerto.

Inegavelmente todo este contexto nos provocou inquietações e após algumas leituras que falavam sobre educação e pandemia, mas não mencionavam a educação de crianças com necessidades educacionais específicas, decidimos querer saber mais sobre o tema, e como estudantes de Pedagogia em final de curso, desenvolvemos a nossa pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no formato de artigo, a partir dos questionamentos: quais estratégias foram utilizadas por professores da rede pública municipal de Feira de Santana que atuam no ensino fundamental I com estudantes de educação inclusiva neste período pandêmico (2020-2021)? Quais as dificuldades enfrentadas pela escola com este público? Qual a participação da família neste período? E quais resultados foram obtidos com tais estudantes?

*A priori*, o presente artigo buscou analisar a contribuição das estratégias pedagógicas utilizadas por professores do ensino fundamental I da rede municipal de Feira de Santana para o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes de inclusão no período de pandemia e como objetivos específicos, contextualizar a realidade das escolas do município de Feira de Santana no período de pandemia através de um panorama, identificar as dificuldades e desafios encontrados nesse contexto pandêmico.

Em relação à fundamentação teórica para nossas análises, dialogamos com os estudos de Freire (1996, 2001, 2002, 2008), Gadotti (2000, 2005), Santos (2006, 2007), Saviani (2011), Mantoan (2003, 2014) e Cury (2020), que estudam sobre a educação, educação especial, ensino remoto, prática pedagógica e o papel do professor e da família, entre outros.

No que se refere aos aspectos metodológicos, trata-se de uma pesquisa exploratória ancorada na abordagem quanti-qualitativa, que utilizou de levantamento bibliográfico e questionário enviado aos integrantes do corpo docente de três escolas municipais de Feira de Santana, mas foram selecionados cinco professores de cada escola das turmas de 1° ao 5° ano que possuíam alunos com necessidades educacionais específicas no período do ensino remoto emergencial.

 Sobretudo, a pesquisa trás a realização de um estudo que busca expor as estratégias pedagógicas utilizadas durante a pandemia Sars- Cov-2, para alunos da educação inclusiva nas turmas de ensino fundamental I da rede pública municipal de Feira de Santana. A partir dos dados coletados, se faz imprescindível refletir sobre o papel do professor e da escola, assim como a preparação da família para lidar com o dia a dia escolar desses alunos com alguma necessidade educacional especial durante o ensino remoto / híbrido. Este estudo deseja mostrar se as possíveis estratégias foram positivas e contribuíram de forma significativa no processo de ensino e aprendizagem.

**1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ENSINO REMOTO**

Contextualizando as práticas pedagógicas no ensino remoto e a educação de pessoas com necessidades educacionais específicas, iniciaremos esse artigo com a parte legal, a relação da história do Brasil e a educação inclusiva.

Segundo estudos no Brasil, a relação da educação com a educação inclusiva começou quando o país ainda era uma colônia de Portugal, tendo como mesmo intuito atender exclusivamente a deficientes, geralmente visuais.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. (POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA Brasília - Janeiro de 2008, p.6).

Em 1988 é criada a Constituição Federal que é um conjunto base e leis, normas e regras do país e tem como objetivo regular e organizar todas as atuações do estado perante a sociedade.

Art. 3, inciso IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. “205”. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

(CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988)

É dever do estado promover e oferecer a todos a educação independentemente de cor, raça, religião, condição financeira, a educação. A educação inclusiva é um dos maiores desafios da sociedade, isso presencialmente, com o ensino remoto tornou- se ainda mais difícil essa inclusão.

A educação inclusiva acolhe todas as pessoas sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para todos que possuem comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para que seja discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já a inclusão é estar com, é interagir com o outro. (Matoan, in Revista Nova Escola, 2005, p.02).

 Corrobora Walz (2005, p. 9) ao afirmar que, ao conversamos com alguém, é valioso quando alguma lembrança, uma memória agradável ou uma palavra deixam uma marca, um rastro. Melhor ainda quando estamos com alguém em cuja presença nos faz sentir à vontade e com um mínimo de certeza de que podemos falar e que desse interlocutor teremos alguma palavra que não nos deixará no vazio da intensidade. Certas palavras, gestos e acolhimentos ficam para sempre guardados; quando precisamos recorrer a alguma ajuda, a algum consolo, essas situações ou momentos retornam à nossa memória com força tranquilizadora. A isso chamarei de cuidado ou construção de pontes na vida mental, alicerces importantes para que se possa enfrentar o desamparo e os medos da vida.

A interação de alunos com necessidades específicas com o professor (a) e com os colegas é de suma importância para um melhor desenvolvimento, pois é necessário criar uma confiança com a pessoa “desconhecida” para assim o aluno se sentir confortável com aquele ambiente, no período pandêmico isso não seria possível e mesmo com a implementação do ensino remoto emergencial, essa interação não seria feita da mesma forma, já que as aulas realizadas através de tela, na maioria das vezes gravadas e em alguns momentos on-line, mas que não possibilitava uma troca direta entre o professor e os alunos.

Segundo o censo escolar de 2019, no Brasil, são 1,2 milhão de alunos na educação especial, específica para pessoas com deficiência. Os dados mostram que 93% desses alunos estão incluídos em classes comuns; 44% das escolas não possuem nenhum recurso de acessibilidade a crianças com deficiência.

Como é citado por Mantoan (2003) educar para inclusão insiste em rever paradigmas e quebrar preconceitos, sendo necessária uma mudança no modelo educacional. As aulas remotas devem contar com momentos de ludicidade, estímulos para que esses alunos possam se manter concentrados ali e acolhida.

“Existem recursos que favorecem o rompimento das barreiras e o acesso à educação”. Afirma à psicóloga Walèria Henrique dos Santos Leonel.

 Uma pesquisa feita em parceria por algumas instituições de ensino, FCC (Fundação Carlos Chagas), UFABC (Universidade Federal do ABC), UFES (Universidade Federal do Espírito Santo) e a USP (Universidade de São Paulo). 7,3% dos professores que participaram da pesquisa afirmaram que até em julho de 2020 as escolas ainda não haviam se organizado para o ensino remoto, nisso os alunos permanecerem sem aula. 92,7% utilizaram aulas gravadas pelos professores, aula on-line por aplicativos de streaming e materiais impressos.

 No período pandêmico (2020-2021), percebemos que em muitos lugares a inclusão não ocorre de fato e que falta apoio dos governantes e políticas públicas que reforcem a importância da inclusão, que possui um papel importante para o desenvolvimento do sistema educacional.

É necessário buscar construir novas aprendizagens e alternativas que fortaleça a educação e a inclusão de fato de alunos com necessidades específicas. De algum modo (re) pensar e (re) estruturar a educação inclusiva. De forma sejam feitas políticas públicas que atendam a esses alunos e as suas especificidades, buscando aprimorar o ensino especializado e que esse aluno tenham um bom aproveitamento e grandes avanços.

Analisando os impactos da atual situação, percebemos que não havia preparação para enfrentar esse tipo de situação, e existem muitas falhas por não proporcionar aos alunos da educação especial um acesso igualitário de aprendizagem.

**2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA**

Destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96, como marco para afirmar que os alunos com necessidades educacionais específicas deveriam frequentar as escolas do ensino regular e não as escolas especiais, fazendo assim cumprir o que aponta na lei, o município devia garantir a esses alunos o atendimento especializado nas escolas do ensino regular. No caso de Feira de Santana- Ba, entre os objetivos e metas elencadas pelo município no Plano Municipal de educação (2022-2021), estava o aumento em 60% das escolas, criação de salas de recursos multifuncionais e a ampliação na formação dos professores.

Segundo o Plano Municipal de Educação – PME (2011-2021) do Município de Feira de Santana, em 2011 havia cerca de 588 alunos da educação inclusiva matriculados nas instituições com escolas especiais, classes especiais e incluídos e não nas salas de ensino regular, que como previsto na Constituição Federal em seu artigo 208 - inciso III, que estabelece o direto das pessoas com necessidades especiais de receberem educação preferencialmente na rede regular de ensino.

Houve um aumento de 2013 para 2017, de 400 para 2 mil alunos com necessidades educacionais específicas atendidos nas escolas regulares. Em 2018 atuavam com 52 escolas com salas de recursos multifuncionais. Com isso notamos que o número de alunos matriculados no ensino regular no município feirense cresceu, mesmo ainda existindo uma grande lacuna na falta de profissionais capacitados para atuar na área. (Jornal Grande Bahia, 2018).

 O que nos chama atenção para a necessidade de formar os professores diante da educação inclusiva é que quando se tem estudos, cursos específicos para atuar na área a forma de compreender os alunos com necessidades específicas fica mais fácil. Mantoan (2003, p.25) afirma que, mediante as exigências do processo inclusivo, “todos os níveis dos cursos de formação de professores devem sofrer modificações nos seus currículos, de modo que os futuros professores aprendam práticas de ensino adequadas às diferenças.”

A falta de formação desses professores para atuar com crianças das turmas de inclusão, nos faz perceber que há uma inserção de alunos em sala, mas não havia a aprendizagem de fato, já que os professores não possuíam preparo para lidar com crianças atípicas. Sabendo que no ensino presencial obter um avanço significativo com alguns alunos com especificidades já era difícil por vários fatores, com o início da pandemia tornou-se ainda mais difícil já que além do despreparo de alguns professores, o ensino remoto dificultou para alguns alunos a interação e a rotina de estudos.

 Inicialmente a determinação era de quinze dias, que logo depois se estendeu para uma quarentena e já ultrapassou dois anos. As escolas municipais de Feira de Santana permaneceram fechadas durante um ano e nesse período esses alunos não possuíam nenhum tipo de acompanhamento, pois houve uma demora das autoridades a tomarem providências necessárias para que as escolas voltassem de modo remoto.

As instituições de ensino retomaram suas atividades de forma não presencial dia 29 de março de 2021, como exposto no Artigo 1° do Diário Oficial eletrônico

Art. 1o - Autorizar, em caráter excepcional, a retomada e continuidade das atividades pedagógicas na modalidade não presencial em todas as escolas do Sistema Municipal de Ensino de Feira de Santana, no período de suspensão das aulas presenciais em decorrência da Pandemia da Covid-19, visando minimizar as perdas de aprendizagens, os efeitos da evasão escolar impulsionados pelo distanciamento social, retomando vínculos entre escola, estudantes e famílias.

 Esse retorno contava com aulas gravadas nas plataformas digitais e o aluno podia acessar quando quisesse e alguns optavam pelas atividades impressas que as famílias iam a cada quinze dias retirar nas escolas. Mesmo com esses meios, foi identificado pela Secretaria de Educação do município - SEDUC que uma parcela dos estudantes não possuía acesso à internet ou não tinha como ir buscar essas atividades, por diversos fatores sociais. Com o nível baixo de acesso desses alunos, os representantes governamentais resolveram em parceria com a TV SUBAÉ criar o projeto “Caminhos da Educação”.

Em 12 de julho foi iniciado o projeto nos canais 10.2 e 10.3 que são canais adicionais da TV Subaé, com início 51.722 estudantes foram beneficiados, já que não precisa de acesso à internet para assistir as aulas, era só ligar a TV e pronto. Essas aulas passavam o dia todo de segunda a sexta e eram divididas por turno, como informa a matéria da secretaria municipal de educação, “no primeiro turno, as aulas serão das 7h45min. às 11h45min. E retornam às 13h00min, com término às 17h00min. A programação será dividida nos dois canais por segmento escolar do Ensino Fundamental - no 10.2, para os estudantes dos anos iniciais, do 1º ao 5º; e no 10.3 para os anos finais, do 6º ao 9º”.

Desses 51.722 será que os estudantes da educação inclusiva estavam entre os beneficiados? Para que eles possuam uma melhor aprendizagem é necessário mais que tela, é preciso um olhar observador e a interação para que a aprendizagem ocorra.

 E assim, voltamos a nossa pergunta norteadora. Quais as estratégias utilizadas por professores do ensino fundamental I para que os alunos público alvo das turmas inclusivas tenham acesso e acessibilidade para uma aprendizagem significativa? Com base nisso iremos socializar e mostrar essas estratégias e se elas deram certo.

O direito à educação tem peculiaridades. Não é qualquer tipo de acesso à educação que atende ao princípio da igualdade de acesso e permanência em escola (art. 206, I, CF), bem como a garantia de Ensino Fundamental obrigatório (art. 208, I, CF). Isto significa que, conforme todos sabem, não pode estudar em qualquer lugar sem se cumprir certos requisitos legais. (FÁVERO apud in MANTOAN, 2008, p. 18).

Em uma entrevista ao Jornal da USP, a professora Biancha Angelucci, do Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação da Faculdade de Educação da USP afirma que:

Aquilo que muitas das crianças que não têm deficiência têm tido acesso, via internet ou via papel impresso, muitas vezes não chega às crianças com deficiência, porque não é pensado em termos de acessibilidade. O vídeo não está garantindo legenda para uma criança surda ou não está garantindo a audiodescrição ou a conversão em arquivo de áudio para as crianças cegas, não tem uma tecnologia ‘assistiva’ para as crianças com paralisia cerebral ou algum prejuízo na mobilidade ou na fala. (Jornal da USP, 2020).

Através da fala da professora, é possível notar que o ensino para esses estudantes ficou defasado, já que não possuía uma inclusão que abrangesse a todos os estudantes e suas especificidades e com isso as respostas dos questionários apresentam as estratégias e falas que nos fazem refletir sobre os desafios encontrados durante este período.

**3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS**

Esta pesquisa foi aplicada com professores (as) de três escolas municipais de Feira de Santana-BA. Sabe-se que o objetivo central desse trabalho é analisar as estratégias pedagógicas utilizadas por professores do fundamental I das escolas municipais de Feira de Santana com estudantes da educação inclusiva durante a pandemia do COVID-19. Tendo em vista este objetivo, foi elaborado um questionário com doze perguntas, das quais oito foram abertas e quatro fechadas para que fosse possível uma compreensão de como estavam esses alunos nesse período. Este questionário foi aplicado a sete professores (as) da rede municipal de ensino, escolhidos pelo critério de terem em sua sala de aula, estudantes de inclusão.

A apresentação dos resultados obtidos servirá como “suporte” para avaliar de que forma essas alternativas podem ser utilizadas posteriormente e possíveis adequações para uma melhora significativa nesse aspecto.

O gráfico abaixo mostra as porcentagens de quantos alunos apresentavam deficiência em cada sala de aula.



**Figura 1-** Questão 1 do questionário.

Com base na pesquisa exploratória, houve apenas dois tipos de deficiência citado pelos professores atuantes durante a pandemia nas escolas municipais de Feira de Santana- Ba, sendo elas Deficiência Intelectual e o Transtorno do Espectro Autista (TEA), sabendo que poderia ter alunos com outras especificidades, contudo, não apareceu nas falas dos sujeitos da pesquisa. Segue abaixo gráfico ilustrando tal realidade.



**Figura 2-** Questão 2 do questionário.

Observa-se que existia pelo menos um aluno com deficiência em cada sala de aula. Sabe-se que quanto maior o número de estudantes com deficiência em uma sala de aula o processo de adaptação é mais longa, quanto para o aluno que possui aquela deficiência, posteriormente para a professora e os demais alunos que compõe aquela sala de aula. Ao analisar as respostas observou-se que em uma sala de aula tinha seis alunos com deficiência intelectual e transtorno do espectro autista (TEA), diante disso, o apoio da coordenação deve ser imprescindível, então com a pandemia isso ficou ainda mais difícil ter esse acompanhamento presencialmente com a professora, coordenação e o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Um dos principais espaços de convivência do ser humano é a escola. A escola inclusiva é aquela que respeita as especificidades de seu alunado, suas necessidades e potencialidades, que acolhe a diversidade, equiparando oportunidades, buscando um desenvolvimento que ofereça qualidade (BRASIL, 2004).

Quando foi questionado se houve planejamento pedagógico específico para esses alunos 42,9% disseram que não. Segue abaixo o gráfico com a porcentagem dos resultados obtidos.



**Figura 3 –** Questão 5 do questionário.

Inegavelmente esses alunos que não tiveram esse apoio pedagógico especializado iram ficar atrasados intelectualmente de acordo com a duração que não teve esse apoio. Sabe-se que ao ficarem alguns anos sem estudar torna-se mais difícil a aprendizagem na faixa etária que difere do nível escolar. Ainda mais, quando o aluno tem alguma especificidade.

Quando foi questionado se a coordenação deu apoio e incentivo para que esses alunos fossem incluídos quase metade dos docentes não recebeu esse apoio, pode-se constatar que sem esse apoio o aluno, a professora e a família ficam desassistidas. Certamente, só a professora não é possível dá o apoio que esse aluno necessita, o processo educacional, psicológico desse aluno precisa de um grupo de pessoas capacitadas para maior evolução do mesmo. No gráfico a seguir mostra porcentagens das respostas quando foi perguntado se obtiveram o apoio e o incentivo da coordenação.



**Figura 4 –** Questão 6 do questionário.

É necessário a capacitação dos professores, no âmbito pedagógico, didático e técnico, para que ocorra de fato o ensino e aprendizagem desses educandos como cita Aranha (2000, p. 08). “só assim se obterá um fazer apoiado no saber e uma construção de conhecimentos originada no fazer”. A tabela abaixo mostra os resultados das perguntas subjetivas do questionário:

**Tabela 1:** Síntese do Questionário.

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **RESPOSTAS** | **QUESTÃO 7** | **QUESTÃO 8** | **QUESTÃO 9** | **QUESTÃO 10** | **QUESTÃO 11** | **QUESTÃO 12** |
| O que fizeram para acompanhar o processo de adaptação dos alunos com as aulas on-line e como era feito esse acompanhamento? | Como as famílias reagiram a essa mudança? E como elas atuaram com a escola neste período? | Era possível realizar atividades educacionais só explicando em vídeo aulas gravadas? | Quais foram às estratégias utilizadas para que esses alunos não ficassem desassistidos nesse período? | Quais foram as maiores dificuldades encontradas nesse período para a inclusão? | Teve algum avanço do (s) estudante (s) considerando todas as dificuldades de ter esse acompanhamento presencialmente suspenso? |
| PROFESSOR 1 | Fazíamos atividades impressas diariamente, tínhamos encontros on-line para tiramos possíveis dúvidas e explicação dos conteúdos. | A família apoiou e dava o suporte necessário de forma on-line. | Tínhamos encontros on-line e neles explicava as atividades | Aulas online, apoio para tirar as possíveis dúvidas e atividades adaptadas. | A demora de encontrar meios para o ensino-aprendizagem de forma remota. O ensino público deu uma pausa na educação e isso prejudicou os alunos de forma geral. | Os desafios vividos no período da pandemia foram enormes e a educação pública demorou muito para encontrar possibilidades de favorecer o processo-aprendizagem.  |
| PROFESSOR 2 | Só fazia atividade impressa que eram retirada na escola. | Reagiram com muito medo às mudanças, atuavam ajudando as crianças nas atividades. | Sim, em vídeos. | Orientações via WhatsApp. | Não. | Não. |
| PROFESSOR 3 | Enviávamos atividades, orientávamos através de vídeo e dávamos suporte através do app WhatsApp. | Foram muito parceiras | Era o que era possível fazer naquele momento | Acompanhamento por WhatsApp | Acesso à internet | Pouquíssimo avanço, visto que a dificuldade do acesso foi limitado. |
| PROFESSOR 4 | Atendimento com a profissional da sala de recurso | As famílias pouco contribuíam durante esse período. | Eles não participavam das aulas online com a professora regular. | Um momento por semana com a professora da sala de recurso. | A participação dos alunos. | Não |
| PROFESSOR 5 | Através de atividades xerocadas, pois os alunos não possuíam qualquer tipo de aparelho. | Com pouca participação | Não | Atividade xerocada | A participação dos alunos. | Não |
| PROFESSOR 6 | Contato direto com a família, por WhatsApp, através de fotos, encaminhamento de atividades, vídeos etc. | Tiveram dificuldades, mas se comunicando por telefone. | Às vezes sim, às vezes não. | Contato direto com a família, por WhatsApp, através de fotos, encaminhamento de atividades, vídeos etc. | A falta do contato direto com a criança, para uma maior avaliação das potencialidades e dificuldades. | Em partes |
| PROFESSOR 7 | Ela aparecia na aula em alguns dias e tentávamos manter o contato, fazendo-a interagir na aula. | Tentávamos contanto sempre, a família não reagia muito bem. | Era feito a tentativa, nem sempre dava certo. | Era feito vídeo aulas interativas | Trazer atividades interativas | Não. |

Fonte: Byanca Pereira e Elizabeth Moreira

Após os resultados dos questionários obtidos foi observado que apenas quatro das professoras tinham um plano específico para atuar com os estudantes. Boa parte desses estudantes tinha acesso á internet, logo assim, puderam ter aulas on-line, ou vídeos aulas gravadas com as professoras para tirar dúvidas ou até mesmo orientar os responsáveis pela criança como ajudar com aquelas atividades. Os alunos que não tiveram acesso à internet eram disponibilizados atividade xerografada, contudo, era preciso o auxílio de um responsável para orientar sobre aquelas atividades. As famílias tiveram dificuldades em ajudar esses alunos, seja por conta que não tinham muito estudo para que pudessem ler e ajudar, por falta de computador, celular, ou até mesmo por falta de tempo para lidar com as dificuldades daquele novo cenário pandêmico e ainda auxiliar na educação da criança.

Ao analisar esses dados uma das maiores dificuldades foi à demora de encontrar meios para que não houvesse o cancelamento do ano letivo, e que esses alunos com deficiência não ficassem sem estudar por falta de recursos para ter esse vínculo com os docentes. Infelizmente a maioria dos alunos não obtiveram um aprendizado satisfatório, seja por falta de apoio da coordenação, ajuda dos familiares, acesso à internet para ter acompanhamento on-line. Por mais que fossem nítidos os esforços dos professores. O distanciamento afetou a todos de forma direta, inegavelmente a educação sofreu ainda mais e com consequências irreparáveis.

**4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Foi possível perceber que a pandemia escancarou mais ainda as desigualdades já existentes. Ao abordar sobre a inclusão no ensino remoto, surgiram as questões políticas e sociais, que influencia bastante no âmbito educacional.

Percebendo que é necessário que todos trabalhem juntos, seja no remoto ou no presencial para que haja educação de qualidade para todos.

O professor atuante das turmas de inclusão precisa estar pronto para enfrentar os desafios e adaptar-se a realidade de cada aluno e as suas especificidades.

Através da pesquisa exploratória, foi possível responder aos questionamentos do problema proposto, no qual foi constatada que a maioria dos alunos não obteve um avanço no processo de ensino aprendizagem durante a pandemia, houve algumas mudanças positivas e também negativas que precisam ser trabalhados.

Para adequar e melhorar os pontos negativos é preciso empenho e dedicação dos envolvidos no meio educacional. O capítulo de análise e discussão expôs as estratégias utilizadas e através delas, pôde-se pensar em novas metodologias de ensino.

Há muitas lacunas ainda a serem preenchidas para uma inclusão de fato, mas com práticas pedagógicas sólidas e eficiência dos envolvidos, poderá buscar diversas maneiras de atender igualmente esses alunos.

**REFERÊNCIAS**

ARANHA, M. S. F. Inclusão Social e Municipalização. In: Manzini, E. J. Educação Especial: temas atuais. Marília: Unesp: Marília- Publicações, 2000, p. 01-09.

Aulas na TV aberta representam mais acesso e comodidade. Secretaria Municipal de Educação, 2021. Disponível em : <https://www.feiradesantana.ba.gov.br/servicos.asp?titulo=Aulas-na-TV-aberta-representam-mais-acesso-e-comodidade.html&id=7&link=secom/noticias.asp&idn=27574>

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

Brasília: MEC, 2004. BRASIL. Ministério da Educação/SETEC/SEED.

BRASIL, Ministério da Educação, (1997). Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília, MEC/SEF. \_\_\_\_\_\_\_\_\_.

BRASIL.. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Básica 2019: resumo Técnico. Brasília, 2020.

FEIRA DE SANTANA, Resolução CME Nº 01/2021. Dispõe sobre A retomada e Continuidade Das Atividades Pedagógicas Para A Educação Infantil, O Ensino Fundamental E Suas Modalidades, No Âmbito Das Escolas Públicas, Conveniadas E Privadas Que Compõem O Sistema Municipal De Ensino De Feira De Santana, Em Decorrência Da Pandemia Da Covid-19. Feira De Santana. 2021. Disponível em: <https://diariooficial.feiradesantana.ba.gov.br/atos/executivo/15HYBF25022021.pdf> Acesso em: março de 2022.

INFORME PESQUISA: INCLUSÃO ESCOLAR EM TEMPOS DE PANDEMIA. Fundação Carlos Chagas, 2020. Disponível em : <https://www.fcc.org.br/inclusao-escolar-em-tempos-de-pandemia/indexm.php> Acesso em : Novembro de 2021.

JORNAL GRANDE BAHIA. Feira de Santana, 23 mar. 2018. Disponível em: <https://www.jornalgrandebahia.com.br/2018/03/educacao-inclusiva-amplia-para-2-mil-o-numero-de-alunos-com-deficiencia-nas-escolas-municipais-de-feira-de-santana/> Acesso em: 15 abr. 2022.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. INCLUSÃO ESCOLAR: o que é? por quê? como fazer?. São Paulo: Moderna, 2003. 93 p. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUSÃO-ESCOLARMaria-Teresa-Eglér-Mantoan-Inclusão-Escolar.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf) . Acesso em: 03 nov. 2021.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. O desafio das diferenças nas escolas. Petrópolis: Vozes, 2008

MANTOAN, Maria Teresa Égler. Inclusão promove a justiça. Entrevista concedida à Meire Cavalcante. Nova escola, São Paulo, maio de 2005. Disponível em : https://novaescola.org.br/conteudo/902/inclusao- promove-a-justica Acesso em : abril de 2022

OLIVEIRA, kaynã. Aprendizado por ensino remoto pode afetar mais alunos com deficiência. Jornal da USP. São Paulo, 29, jul, 2020. Disponível em : https://jornal.usp.br/atualidades/aprendizado-por-ensino-remoto-pode-afetar-mais-alunos-com-deficiencia/

Política Nacional de Educação Especial na perspectiva Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008ª.

REDAÇÃO. Inclusão: os desafios de ensinar alunos especiais durante a quarentena. Curitiba, 06/2020.

1. Discente da Faculdade Anísio Teixeira. E-mail: byanca\_pereiira@hotmail.com [↑](#footnote-ref-1)
2. Discente da Faculdade Anísio Teixeira. E-mail: elisamoreira0525@gmail.com [↑](#footnote-ref-2)
3. Professora M.a. da Faculdade Anísio Teixeira. E-mail: camila.bahia@fat.edu.br [↑](#footnote-ref-3)
4. [↑](#footnote-ref-4)